



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Democracia, participação e Movimentos Sociais.

Funcionalidades da racialização das mulheres no sistema capitalista de produção

Lucimara dos Reis Pinheiro¹
Paula Rocha de Souza²

Resumo: Verificar nas políticas públicas de assistência, elementos que subsidiem, no seu público referenciado, a formulação da política e sua execução nos equipamentos sociais. Debater ações que recolorem as mulheres enquanto sujeitos, além de objeto, nos debates sobre a manutenção da vida na ponta do recebimento das políticas. Fios condutores: Consustancialidade das relações sociais; ferramenta política da interseccionalidade, oriundos da práxis feminista. A aproximação desses instrumentais pode contribuir para a ação e formação dos profissionais que executam a política de assistência social, como na formulação de políticas públicas na mitigação da questão social, agindo nas brechas de organização popular.

Palavras-chave: Políticas públicas. Consustancialidade. Interseccionalidade. Feminismo.

Features of the racialization of women in the capitalist system of production

Abstract: Verify in public policies of assistance, elements that support, in its referenced public, the formulation of the policy and its implementation in social equipment. Discuss actions that replace women as subjects, besides object, in the debates about the maintenance of life at the tip of the receipt of policies. Wires: Consustanciality of social relations; political tool of intersectionality, derived from feminist praxis. The approximation of these instruments can contribute to the action and training of professionals who implement the social assistance policy, as in the formulation of public policies in the mitigation of the social issue, acting in the gaps of popular organization.

Keywords: Public policies. Consustanciality. Intersectionality. Feminism.

INTRODUÇÃO

Os mecanismos que normalizam a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e as opressões que lubrificam essa máquina que transforma os seres humanos em mercadorias lucrativas, têm no requinte da alienação e da construção ideológica a afirmação de locais de privilégios de pedigree e privações de nascença.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Iniciando processo de doutoramento pelo PSS-UFJF. E-mail: lureisp@hotmail.com; Atual Bolsista FAPEMIG.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda em Serviço Social pela UFJF. Atual Bolsista. E-mail: paularochadesouza@gmail.com.

A realidade das mulheres no sistema capitalista, principalmente das mulheres racializadas em distinção de inferioridade³, sustenta a reflexão que se nos impôs durante o processo do mestrado, e que neste artigo, ainda de forma inicial, nos propomos pensar, a partir da base material das opressões de gênero e raça no capitalismo.

Os marcadores de gênero e raça/etnia atravessam o público atendido pelas políticas públicas de assistência, pertencentes em sua grande maioria a territórios periféricos e com elevado índice de empobrecimento de suas populações. Avolumada a crise do capital, a desproteção social aprofunda as mazelas vivenciadas pela população necessitória das políticas de assistência para a manutenção da vida.

A crise da acumulação capitalista, expressa na sua forma atual em crise econômica, política, ecológica e de reprodução social, eleva a exploração e expropriação de todas as formas de trabalho, bem como dos recursos naturais. Diante deste processo, os sujeitos sociais mais atingidos pelas medidas de contenção da crise apresentadas pelo capital vivem um brutal desamparo por parte do Estado de suas salvaguardas mínimas, por conta da aplicação de medidas de austeridade fiscal e, ao mesmo tempo, são impelidos pela necessidade de sobrevivência a formas de trabalho ainda mais precarizadas e desprotegidas. Nesta conjuntura de desmonte dos serviços públicos, a política de seguridade social, e em particular, da assistência social, são impactadas regressivamente com a desregulação de suas fontes de financiamento, redução de alcance e subordinação de seus programas e serviços a uma lógica que se concretiza na retirada do Estado da sua execução. Dessa forma, suas possibilidades de intervenção mais profundas na recolocação de seus usuários nas estruturas jurídico/políticas que estruturam a sociedade retrocedem e pouco contribuem para a sua afirmação como participantes da composição ativamente econômica e “produtiva”, mesmo que na atual estrutura de exploração de uma classe sobre a outra.

³ Desenvolvemos aqui esta distinção para problematizar a universalidade branca, entendemos racialização como processo político, visto dessa forma há que haver o outro na construção social da raça. Assim sendo, ao racializar uma parcela da população, a outra, de forma distinta, se apresenta enquanto uma não raça? Ou enquanto universal, superior? Apontar a dinâmica da racialização se impõem neste estudo, visto que sua superação configura o horizonte da emancipação humana. Há que nomear os processos e seus agentes com vistas a superação de desigualdades e seus condicionantes de opressão e exploração. Ao mesmo tempo, tal superação não indica ou, deva indicar, a supressão de identidades e culturas, ao contrário, ao apontar tal construção como histórica lhe devolvemos o lugar de construção social passível de ser modificada (Souza, 2021. Cisne; Santos, 2018. Grada, 2019)

Nosso objetivo inclui buscar nas possibilidades de debates postos na formulação das políticas públicas de assistência, novos elementos que subsidiem, no seu público referenciado, tanto a formulação da própria política, quanto sua execução no âmbito dos equipamentos sociais. Nos propomos a debater ações políticas e teóricas que visem recolocar as mulheres enquanto sujeitos, para além de objeto, nos debates que elaboram sobre a manutenção material e simbólica da vida na ponta do recebimento de tais políticas.

Retomando à observação inicial de qual sujeito social é o público (mulheres/mulheres racializadas em distinção de inferioridade) que mais necessita e frequenta tais equipamentos, buscamos aqui o debate sobre um pensar mais cuidadoso das formas conjugadas em que as demandas são sofridas, apresentadas e absorvidas na ponta dos atendimentos, de mesmo modo, de como são, por vezes dissociadas de um processo social mais amplo que as enlaça em um nó, utilizando uma expressão de Saffioti (2019), que as informa, molda e perpetua.

Falamos aqui de raça/etnia, relações sociais de gêneros e classe social. Necessário, que essas movimentações sejam percebidas e investigadas sob uma perspectiva teórica que compreenda a práxis que integra a dimensão de totalidade e que ultrapasse os recortes que identificam as opressões como um dado em si mesmas, com historicidade própria alheia aos processos históricos mais amplos que agiriam no sentido de sobredeterminar suas concretudes, as quais, têm na forma da exploração da força de trabalho sua centralidade.

Como forma de contribuição a esse debate apresentamos, enquanto fio condutor desta reflexão, dois instrumentais teórico/políticos desenvolvidos pelo pensamento feminista que se posiciona no campo da transformação social, postos no conceito da consubstancialidade das relações sociais e na ferramenta política da interseccionalidade, formulações da praxis feminista.

Buscaremos verificar, como a aproximação e não oposição desse instrumental pode contribuir tanto para pensar ação e formação da/do profissional que executa a política da assistência social em suas várias expressões, como na formulação de políticas públicas no campo de atuação da tratativa/mitigação da questão social. Explorando, desta feita, possibilidades de brechas de organização popular.

No debate que propomos dos instrumentais de consubstancialidade (formulação das feministas materialistas francesas) e interseccionalidade (elaboração do feminismo negro norte americano, enquanto conceito acadêmico), buscaremos apreender de que maneira as relações sociais enlaçadas nas opressões sofridas por essas populações, advindas de sua posição em um sistema maior de exploração das formas de organização do trabalho, “qualifica” os sujeitos sociais que necessitam utilizar os equipamentos públicos de assistência e, ainda, suas formas de acesso e finalidades. Via de regra, as violações de direitos no mundo do trabalho refletem e são refletidas nessas populações, sendo componentes de um quadro histórico de inobservância de pertencimento à possibilidade de obtenção e uso de direitos e de extrema segregação social.

Partimos da leitura da vasta produção acadêmica do próprio Serviço Social, de que os equipamentos e políticas sociais, entendendo ser esta uma área multidisciplinar, como nos alertou Berhing (2016), propiciados pelo Estado para a tratativa e mitigação dos efeitos da questão social no país, têm seu alcance na transformação de modos de vida de populações subalternizadas e vulneráveis social e economicamente, informados por grandes limitações para execução de suas ações e implementação de políticas mais estruturantes, vejamos:

Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado o profissional é solicitado a responder as exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Procura-se, pois, apreender o movimento contraditório da prática social no jogo das forças sociais presentes na sociedade. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 27,28).

Quer seja pela gestão geral dos equipamentos e políticas que, ao flutuarem de acordo com as eleições para os executivos municipais, estaduais e federais, vivenciam a descontinuidade de projetos de longo e médio prazo para a implementação de políticas públicas de relevância para seus usuários. Quer seja pela sua concepção primeira, voltada para as demandas assistenciais e tutelares da classe trabalhadora.

Contudo, em uma relação dialética ao exposto acima, uma prerrogativa conquistada no percurso das profissões da área de assistência, com destaque para o Serviço Social, é pensada formas de organização dessas mesmas populações para a ação cidadã de assunção aos direitos constituídos pelas lutas dos movimentos sociais no Brasil

e já consolidados, ao menos, na letra da lei.

A atual conjuntura de crise do capital escancarada em 2008, que para sua resolução busca no receituário ultraliberal soluções que, dentre outras penalizações do conjunto da classe trabalhadora, promove o desmonte das políticas públicas sociais, privatizações de setores estratégicos e a desvalorização dos instrumentos de organização de classe, dialeticamente, também nos impulsiona a buscar saídas de curto, médio e longo prazo para a tratativa das expressões mais agudas da questão social que vivenciamos com vistas em um porvir menos desastroso para as populações subalternizadas.

Nos propomos aqui, de forma muito dialógica e reflexiva, examinar na dinâmica do real da execução das políticas públicas no âmbito da assistência, a existência de possíveis lacunas na formulação sobre o público a elas destinadas. Se tais lacunas estariam relacionadas às suas determinações em raça/etnia e gênero e, no desenvolvimento desta análise, como no percurso de sua construção histórica, suas dimensões relacionais com as formas de divisão e modos de trabalho vigentes. Buscamos ainda, dialogar de que maneira no recebimento e desenvolvimento das políticas na ponta da assistência social, tais políticas são apreendidas por estas populações, suas implicações na dinâmica de seus modos de vida. Se, para além do imediato de sua aplicação, de alguma maneira poderiam ou não contribuir para alterarem suas formas de existências e sobrevivências.

MULHERES NA DIALÉTICA DAS FUNCIONALIDADES

A atual conjuntura⁴ propiciada pela assunção de projetos descomprometidos com a mudança real na vida das populações, vem de uma forma bem peculiar pensando a assistência e medidas emergenciais de mitigação da crise sistêmica do capital a partir de políticas de tempo exíguo, paliativas e pensadas enquanto moedas de troca eleitoral, em um claro desvirtuar de sua função (ou um retorno ao conservadorismo de sua gênese) e um esfacelamento de suas possibilidades de abrangência real nas vidas de seus necessitados. Como exemplo do exposto, os legítimos debates a respeito da renda mínima se transfiguram em ações emergenciais, não fortalecendo base real de

⁴ Este artigo foi pensado ainda na vigência do projeto de ultradireita no executivo federal, optamos por manter a redação, visto que as condições propiciadas pela de alteração da orientação político/ideológica na esfera do poder central, ainda não se refletiram de forma real nas vidas destas populações.

mecanismos de transferência de renda.

O instrumental contido nas ferramentas teóricas aqui trazidas ao debate: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais - oriundas do movimento social – o movimento feminista - serão nossa trilha no desenvolvimento das questões apresentadas e, acreditamos, podem cooperar para a construção de pensamento crítico com vistas a ganhos qualitativos para as populações assistidas e fortalecimento dos vínculos possíveis de organização popular.

Buscamos, desta feita, medidas para a saída da esfera de passividade dos usuários no recebimento das políticas de assistência. Para tanto, extrapolar as profissões que atuam neste campo buscando maior diálogo destas com os movimentos sociais, nos parece, ser uma das medidas que nos permitiram atuar nas brechas que as contradições intrínsecas a sociedade capitalista apresenta e, dessa forma, fortalecer o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora e suas formas de organização. Uma das linhas de construção do argumento a que nos propomos a fim de trabalhar nossa hipótese é a da política de assistência como via de compensação das ações de reprodução social do sistema capitalista de produção.

Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, não seria surpresa serem as mulheres, em seu maior número, as usuárias do sistema de assistência na ponta dos programas. Acreditamos que os conceitos da consubstancialidade das relações sociais e a ferramenta política/teórica da interseccionalidade possam contribuir para o entendimento desse fenômeno propiciando a construção de ações mais abrangentes, para o público-alvo aqui apresentado. Refletindo de forma positiva para o conjunto dos usuários, bem como na ação dos/das profissionais, assim como em sua formação.

O Serviço Social em particular, diante de todo seu processo de renovação crítica com ênfase no “Congresso da virada”, no Brasil, tem buscado para além e junto a sua prática profissional, podemos dizer como parte dela, tecer considerações sobre o processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira, com ênfase nas configurações e reconfigurações no mundo do trabalho vigentes na sociedade capitalista. Sem esta análise sua função contra hegemônica, perseguida no seu processo de desenvolvimento crítico nas variadas dimensões da profissão, perde tónus. Como bem nos informou Marilda Iamamoto “(...) a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição

peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (Iamamoto,2014).

Observamos, pois, que o Serviço Social atua nas relações sociais de produção e reprodução social capitalista, sendo não somente seu reflexo, contudo, expondo, numa perspectiva renovada, as contradições explicitadas nesse mesmo processo. Em outras palavras poder-se-ia dizer que a relação de quão menos ou mais requisitada é a ação da instituição Serviço Social (sentido amplo de suas possibilidades de atuação) proporcional é o desenvolvimento desigual das forças produtivas em suas relações e sociabilidades produzidas. Esta equação vale, da mesma forma, para a expressão da questão social advinda da resistência da classe subalterna e suas formas de luta.

Ainda hoje o termo “questão social” assume características conceituais várias quando confrontado com realidades espaço temporais, bem como vertentes teóricas distintas. Segundo Netto, é de grande valia o esforço em estabelecer uma conceituação da questão social pois que, dentro das suas variadas acepções, quanto mais precisa sua formulação, mais fácil percebê-la dentro de quadros referenciais teóricos, o que indicaria também o campo de sua atuação prática política. (Netto 2001) Trataremos, pois, de verificar o fenômeno da feminização racializada em distinção de inferioridade da utilização dos sistemas de assistência, sua origem e base material. Dito de outro modo, o quanto as expressões agudas da questão social afligem as mulheres racializadas em distinção de inferioridade em relação direta com a estrutura que as origina. Sob essa base concreta, que buscamos dialogar com os instrumentais de interseccionalidade e consubstancialidade, tanto para aferição e verificação do fenômeno que apontamos, como para desenvolvimento de possíveis tratativas.

Nosso objetivo é o de adensar o rico debate sobre a questão social já promovido pelo Serviço Social, adicionando possibilidades de leitura da realidade a partir de constructos teóricos contemporâneos, relacionando-os aos processos de sofisticação da garantia das remessas de lucros do capital diante da crise atual. Contribuindo assim para a leitura que, já desde a década de 1990, tem objetivado tratar da subjetivação da classe trabalhadora, situando-a tempo/espacialmente e historicizando seus processos de composição com vistas a construção de processos emancipatórios.

As mulheres, o segmento da classe que buscamos debater, majoritariamente exercem a função da reprodução social do sistema na condição de trabalhadora expropriada e, para além desse, ainda, o papel de trabalhadora exposta a superexploração.

Sua condição social, construída no sistema patriarcal racista capitalista compõe uma ordenação de lógica própria, embora componente da conformação do sistema capitalista de exploração da força de trabalho;

Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidades supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para os trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52-53).

Nesta lógica própria que entendemos como a de uma condição de subalternidade necessária, as mulheres se transmutam ora em objeto da reprodução da força de trabalho, ora em trabalhadora expropriada, ora em trabalhadora superexplorada. Saffioti, de forma bastante esclarecedora, aponta a construção dessa ordenação a partir da historicização das formas que o trabalho assume a cada período, diante dos processos societários vigentes. Aponta, que para além da contradição fundamental da sociedade dividida em classes, a inobservância da aplicação do seu arcabouço jurídico de liberdades individuais é necessária, de forma dialética, à execução do modo de produção realizado no trabalho assalariado. Para as mulheres, está contradição se amplia ao ponto de opor trabalhadores e trabalhadoras, criando assim “subgrupos” para o exercício ainda mais extremado da exploração capitalista, constituindo o imaginário da fetichização de relações de poder entre os sexos, vejamos,

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição empírica das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Os papéis sociais, informados acima e que buscamos, ainda de forma breve, explicitar, compõem o exercício social de ser mulher em uma sociedade nos moldes

citados. Falamos aqui, vale ressaltar, de um sujeito social coletivo e construído historicamente, como aponta Cisne em sua leitura de Engels,

As relações de classe são atravessadas pelas relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino, como nos elucida Engels[...]o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (1979, p.22). A origem do antagonismo de classe coincidir com a dominação do homem sobre a mulher demonstra, dentre outras determinações, a necessidade de analisarmos as relações entre classe e sexo. cremos que esses antagonismos “coincidiram” no tempo histórico não por conta de uma determinação natural, mas para atender aos interesses dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada, bem como da força de trabalho. (CISNE, 2018, p. 34,35).

Nossa reflexão visa contribuir para a busca de pistas para uma ação transformadora, mediada que está pela contradição intrínseca de atuar em uma sociedade capitalista nos seus aparelhos de Estado; observados os limites dessa ação, ressaltado nosso processo histórico e nossa posição periférica no sistema capitalista mundial, questões estas que modulam estruturalmente as formas e maneiras que as políticas de assistência se apresentam.

Como já mencionado, buscamos aproximar duas ferramentas teóricas. As trazemos para a reflexão sob uma ótica que confere à interseccionalidade, uma abrangência de maior caráter político para as tratativas das possibilidades existentes nas formulações de políticas de ação com vistas a um fortalecimento coletivo e organizativo do sujeito social em questão. Por outro lado, a consubstancialidade das relações sociais, na nossa hipótese, ancoraria esse mesmo debate, ampliando os espaços de pensar sua totalidade social. Apontando o enraizamento das relações de opressão na maneira como a sociedade se organiza; ordenações e hierarquias oriundas da interação sociedade e formas históricas do trabalho, neste estudo, na sociabilidade capitalista.

Essa seara diversa de construção do pensamento nos chama a atenção e permite refletirmos que a colaboração desses conceitos pode se dar de forma constitutiva de ações políticas e não em campos de oposição diante das construções dos projetos políticos das feministas que os formularam. Helena Hirata, pesquisadora que há muito debate a proximidade e possibilidade de conjugação desses dois instrumentais nos informa:

A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É

nesse sentido que Patrícia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social (Idem, *ibidem*). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. (HIRATA, 2014, p. 69).

Sem que incorramos em erros de análise que retire a dimensão da totalidade social, consideramos que para trilharmos o caminho acima descrito, devemos nos ocupar de três questões basilares para a proposta de estudo e pesquisa que ora apresentamos para a apreciação. Um debate teórico mais aprofundado nas seguintes questões: A super extração de mais valia do trabalho realizado pelas mulheres foi necessária à consolidação do sistema? É condição, ainda hoje, a sua reprodução? As formas invisibilizadas de trabalho da reprodução social do sistema, majoritariamente femininas, podem ser prescindidas nos marcos desse sistema? Entendemos que aprofundar nossos estudos para a confirmação ou não dessas indagações nos dará o solo para as reflexões postas em curso.

Em Saffioti (2013), temos um primeiro aporte teórico para tais indagações, vejamos,

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p. 67)

A autora, neste ponto, se refere ao trabalho produtivo das mulheres das classes baixas, acrescenta no decorrer, como já o fez Marx, a utilização histórica do trabalho infantil (este, porém, hoje tido como aberração sendo proibida, ainda que permaneça para nossa ojeriza, sendo realizado à revelia da lei). Uma revisão bibliográfica se faz necessária para apreendermos e melhor nos prepararmos ao debate que buscamos situar. Percebemos, segundo Saffioti (2013), que, geralmente, grande parte desta tradição (marxista) aprofundou ainda de forma lacunar aspectos fundamentais do trabalho das mulheres, embora lançasse luz sobre processos importantes das formas de acumulação

capitalista e suas necessárias modificações na vida social e função dos sujeitos sociais (incluídas as mulheres), suas novas sociabilidades e mesmo a elevação do caráter opressor de sistemas de dominação anteriores, como os racializados e do próprio patriarcado.

As pistas para o desenvolvimento das indagações que norteiam a metodologia e base teórica do que buscamos aprofundar estão explicitadas nesta trilha. Importa ressaltar que a modificação do modo de produção feudal para o modo capitalista de produção não afetou apenas as mulheres, mas também os homens dos estamentos mais baixos da sociedade em transformação, isso é inegável e não corrobora nosso pensamento qualquer hierarquia quanto ao sofrimento imposto as/os trabalhadores, pois que retiraria a unicidade da classe, além de impensável enquanto possibilidade de aferição desvinculada de contexto. O que apontamos são as especificidades históricas que determinam não só a composição da classe como suas linhas divisórias internas, necessárias a exploração capitalista e, como coadunam com sua dominação ideológica.

Importa tecermos algumas considerações, ainda que de forma breve, sobre o trabalho não remunerado da mulher. No capitalismo, onde tudo assume o novo valor de mercadoria, o trabalho não remunerado das mulheres perde, na verdade, seu lugar de trabalho e, portanto, seu valor. O trabalho fundamental das mulheres dentro da reprodução social é desvinculado, do ponto de vista econômico e ideológico, da estrutura de reprodução do próprio sistema. Desta forma, é naturalizado como inerente às mulheres sem a necessidade de qualquer intervenção social. É, pois, um trabalho no qual o sistema explora a “mão de obra feminina” como uma mercadoria extremamente rentável, pois que sem “custos”. As mulheres produzem pessoas, cuidam e as preparam para o mundo trabalho. Organizam a vida do cotidiano familiar garantindo que os/as trabalhadoras estejam aptas para a jornada diária. Realizada esta tarefa, cumprem sua jornada formal, recebendo, ainda, menores salários por igual trabalho. As relações de gêneros estão no cerne da divisão sexual do trabalho, que é fundamento, no sistema capitalista, da forma de exploração do labor como mercadoria que gera mercadoria, assim como do trabalho não remunerado de reprodução social que mantém as existências cotidianas dos que produzem tal valor, os próprios trabalhadores e trabalhadoras. É esta situação que gera uma forma peculiar de valor para o trabalho realizado pelas mulheres dentro da manutenção do sistema, como afirma Cisne;

A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista, ou seja, “o trabalho gratuito de uma mulher é [...] contado na economia geral da exploração” (Dephy,t.I,2009, p.38; tradução nossa) Em outras palavras, o que Delphy denomina de “modo de produção doméstico” é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem salários baixos e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação. (CISNE, 2018, p. 96).

De maneira distinta, porém, componente, a racialização das relações sociais e de trabalho está, também, no cerne da superexploração, da constituição de contingentes de trabalhadores de reserva, na parametrização de linhas divisórias intraclasse, que criam sob a ação da ideologia, falsas hierarquias e privilégios. Estas agenciam, se valendo de construções e silenciamentos históricos, divisões no próprio seio da classe naturalizando relações violentas de opressão, exploração e expropriação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir opressões num sistema de exploração de classes requer compreender como os sujeitos que compõem tais classes se comportam dentro de sua própria estrutura social (das classes), as relações que estabelecem entre si, individual e coletivamente fruto do processo histórico percorrido pela sociedade em que estão inscritos. Se já é sabido que a classe trabalhadora não é una, nos resta compreender como as relações sociais que se desenvolvem dentro e fora da classe, podemos aqui dizer na sociedade de classes, agem para sua estruturação, assim como o papel da ideologia para a sua reprodução.

É para esta análise que buscamos compreender o instrumental contido na interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. A consubstancialidade das relações sociais é um conceito surgido na década de 1970, no interior da produção teórica das feministas materialistas francesas, oriundo da necessidade da articulação de sexo e classe nos estudos realizados, e apresentado pioneiramente por Danièle Kergoat. A própria autora revela, a posteriori, que não bastaria articular sexo e classe, as relações sociais comportariam, necessariamente, a construção política da raça. Kergoat afirma buscar, através desse conceito, “pensar o mesmo e o diferente em um só movimento” (grifos da autora) (KERGOAT, 2016, p. 20)

O termo interseccionalidade teve seu primeiro uso no âmbito acadêmico e jurídico pela intelectual afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989;1991). Crenshaw buscava demonstrar que os sistemas de dominação, que incorriam sobre as mulheres negras estadunidenses, agiam de forma a colocar estas mulheres na intersecção de várias opressões e que tal fato deviria ser analisado pelo pensamento do sistema jurídico daquele país a fim de criar óticas de análise que compreendessem e permitissem ações jurídicas informadas por discriminações cruzadas.

A formulação da necessidade de se conjugar as opressões sofridas pelos sujeitos sociais já vinha se desenhando dentro do movimento feminista negro dentro e fora dos EUA, ao formularem sua crítica ao movimento feminista “branco” ou “hegemónico” no sentido de universalizar as mulheres e suas vivências sem contextualizar seus condicionamentos históricos. Tal formulação, por se caracterizar por uma ação política direta do movimento social, teve sua validação conceitual somente nos anos finais de 1980 com Kimberlé Crenshaw. Realizamos aqui uma brevíssima “passagem” pelos conceitos chave que, sabemos, necessitam de aprofundamento no decorrer do processo de amadurecimento dos estudos no doutoramento.

Voltando aos apontamentos que trazemos como centrais para o que aqui nos propomos. Partimos da premissa de que compreender o instrumental contido nas duas ferramentas teóricas citadas em carácter de aproximação, nos permitirá maior descortino da subjetivação da classe. Tal descortino, pensamos nos possibilitará pensar as ações dos sujeitos que, coletivamente, em seu exercício profissional (mesmo nas próprias profissões entendidas também como sujeitos coletivos) atuam na aplicação e na formulação de políticas públicas, bem como no fortalecimento dos vínculos com as populações assistidas, em um grau mais elevado de ação orgânica junto a classe que compõem. No caminho contrário ao de sua concepção (assistência social) enquanto aparelho de controle do Estado via execução de políticas que capturam comportamentos desviantes à normatividade do sistema capitalista, ou os relega ao descarte para ações coercitivas em outras esferas de atuação do Estado.

Melhor compreender a população usuária do sistema de assistência social a fim de contribuir e municiá-la de instrumentos para fortalecimento de suas capacidades de sobrevivência e, para além, de suas capacidades possíveis de organização e de elevação de consciência. As mulheres usuárias do sistema de assistência, dessa forma,

passam de objeto de estudo a sujeitos sociais de direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.; LÚCIA, M. D. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ABREU, A. R. D. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, v. 2, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M.; SILVANA MARA, D. S. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, v. 8, 2018.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismos negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n.1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506> Acesso em: 21 junho 2019.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 1771-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

DAVIS, Â.; ORG: BARAR, F. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Â. **Mulheres Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Mulheres Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2010. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIXO, A.; RODRIGUES, T.; (ORGANIZADORES). **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, p. 61-73, junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 20 junho 2019.

_____; LABORIE, FRANÇOISE; LE DOARÉ DA HÈLÈNE: ORGS. **Dicionário**

Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.6775%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOLLANDA.E.B. (ORGANIZADORA). **O Pensamento Feminista Brasileiro.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

IAMAMOTO, V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil;** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KERGOAT, D. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. In: ABREU, A. D. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 1, p. 17-26.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 93-103, março 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>.

KILOMBA, G. (2019). **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

MÉSZAROS, I. **Para Além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO; DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** Mitos e realidades. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOARES, L. T. **Os custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA.V.B. **Gênero e Serviço Social:** Desafios a uma Abordagem Crítica. São Paulo.